

O impacto da mediatização nas Capitais Europeias da Cultura, O caso das cidades Porto 2001 e Guimarães 2012

Maria João Centeno

(Escola Superior de Comunicação Social / Instituto Politécnico de Lisboa e CIMJ)

mcenteno@escs.ipl.pt

Portugal acolheu, nos últimos 12 anos, duas edições do evento Capital Europeia da Cultura; a presente comunicação pretende ilustrar a cobertura que a imprensa portuguesa realizou a cada uma das edições para podermos refletir em que medida a aposta destas cidades em políticas culturais de impacto contribui para a transformação urbana.

Partindo da análise de conteúdo (Reason and García, 2007) às referências de primeira página de todas as edições dos jornais diários Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Correio da Manhã, jornal semanário Expresso e revista semanal Visão nos dois anos em que os eventos ocorreram, procura-se definir as etapas que marcaram os diferentes momentos de cada um dos acontecimentos, os padrões de atuação, os grandes protagonistas, o tipo de planeamento e as especificidades da programação.

1. Introdução

Tratando-se de um projeto que pretende eleger, de ano para ano, cidades dos diferentes estados membros da União Europeia, a Capital Europeia da Cultura procura “contribuir para a aproximação dos povos europeus” (nas palavras de Méline Mercouri, ministra da cultura grega que, em 1985, propôs ao Conselho de Ministros da Cultura das Comunidades Europeias o lançamento desta iniciativa) e incentivar que se apresentem nesses espaços urbanos novos paradigmas culturais. Na génese deste modelo está o vetor da descentralização cultural, a possibilidade de cidades de média dimensão financiarem obras públicas, restaurarem património e promoverem-se em termos turísticos; a possibilidade de dar visibilidade a cidades periféricas afastadas dos grandes centros de distribuição das indústrias culturais e criativas.

Desde 1985, todos os anos, tem sido realizado, na Europa, um evento desta natureza, elegendo-se, para o efeito, uma ou mais cidades europeias.

2. Porto 2001

No dia 28 de maio de 1998, o Conselho de Ministros da Cultura da União Europeia deliberou atribuir à cidade do Porto, simultaneamente com a cidade de Roterdão, o título de Capital Europeia da Cultura 2001. A apresentação oficial da candidatura por parte do governo português tinha sido realizada no ano anterior, a 7 de novembro, no Luxemburgo.

No dia 3 de julho de 1998 é criada uma Comissão Instaladora (presidida por Artur Santos Silva, Ricardo Pais, Pedro Burmester, Manuela Melo e Nuno Cardoso) com a missão de: propor a estrutura organizativa da entidade que ficaria encarregue de levar à prática o evento; preparar o projeto das áreas de intervenção e o orçamento plurianual.

No dia 22 de setembro, a comissão apresenta um Relatório onde consta a proposta de criação de uma sociedade anónima, designada Porto 2001, S.A., para gerir o evento (composta por um Conselho de Administração, um Conselho Executivo, um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal), tendo definido como áreas de intervenção prioritárias: a música, o audiovisual e multimédia, as artes de palco e as intervenções urbanas.

A opção, para a realização do evento, pela constituição de uma sociedade comercial teve subjacente o facto de, no passado e em situações semelhantes (Lisboa 94 e EXPO 98), se ter decidido por solução idêntica.

No dia 31 de dezembro de 1998, foi constituída a sociedade Porto 2001, S.A., de capitais exclusivamente públicos (sendo acionistas o Estado e o Município do Porto), para a

coordenação e execução das atividades necessárias à concretização do evento. A sociedade tinha por missão a conceção, planeamento, promoção, execução e exploração de todas as ações que integraram o evento Porto – Capital Europeia da Cultura 2001 ou as que com ela se relacionassem no âmbito da requalificação urbana.

A sociedade foi dotada com um objeto social que contemplou a programação cultural (com os objetivos de: consolidar dinâmicas culturais recentes; diversificar e qualificar as diferentes expressões culturais e artísticas e os seus agentes; legar um conjunto de novas iniciativas e projetos que tivessem a capacidade de enraizar novas práticas culturais que se reproduzissem e propagassem para além de 2000) e a intervenção em infraestruturas culturais (a requalificação cultural pretendia combinar as formas de expressão artística com a política de revitalização e requalificação do património edificado e a construção de novas estruturas culturais: Casa da Música; Biblioteca Almeida Garrett; Museu Nacional Soares dos Reis; Auditório Nacional Carlos Alberto; Coliseu do Porto; Antiga Cadeia e Tribunal da Relação), mas incluiu igualmente ações no âmbito da revitalização económica e habitacional (como criar uma imagem de qualidade na “baixa” portuense; fortalecer o comércio de excelência e de proximidade em torno de focos de especialização; fidelizar os consumidores; fixar residentes; rejuvenescer e diversificar a população residente na “baixa”; diminuir os níveis de insegurança e a desertificação noturna) e da requalificação urbana e ambiental (com os objetivos de requalificar parte significativa da “baixa” portuense, melhorando aspetos funcionais, estéticos e ambientais e o reforço da sua imagem; requalificar espaços de grande interesse histórico e ambiental, como seja os Caminhos do Romântico, a Frente Marítima do Parque da Cidade e outras zonas verdes e jardins; desenvolver iniciativas tendentes à melhoria da acessibilidade e mobilidade da “baixa”, incluindo a criação de novos espaços de estacionamento e abertura de novas ruas), vertente que, em Setembro de 2000, veio, ainda, a acolher o Programa Polis.

O planeamento do evento assenta em dois grandes princípios: “cruzar localismo e internacionalização”, organizando um leque de manifestações culturais; e capitalizar o evento a favor da cidade, da sua população e da sua cultura, aproximando-a dos cidadãos através da renovação urbana e da revitalização económica e habitacional (Silva, 2003).

Para a prossecução dos referidos objetivos, a Porto 2001, enquanto sociedade instrumental, organizou a função de gestão numa dupla estrutura orgânica, isto é, instituiu um Conselho de Administração (presidido a partir de 23 de novembro de 1999 por Maria Teresa Lago, que também preside à Comissão Executiva) e uma Comissão Executiva (constituída por Lúcia Silva Matos, Manuela Melo, Paulo Cunha e Silva e Pedro Burmester), que funcionaria entre o ano de 1999 e Julho de 2002.

Os protagonistas do evento foram o Presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, a Vereadora da Cultura, Manuela Melo, a Presidente da Sociedade Anónima, Maria Teresa Lago e os Programadores, Paulo Cunha e Silva e Pedro Burmester.

Dos quatro grandes objetivos, correspondentes às áreas de intervenção, a Porto 2001 não concretizou a revitalização económica e habitacional, em virtude de não ter reunido as condições que lhe permitiam aceder aos fundos financeiros provenientes do URBCOM, Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial.

Em termos de programação cultural realizaram-se 450 eventos (apesar de só estarem previstos 398), realizados entre 13 de janeiro e 22 de dezembro de 2001 e dispersos entre: música; audiovisual e multimédia; animação da cidade; artes de palco (teatro, dança, marionetas e circo); pensamento, ciência, literatura, projetos transversais em articulação com Roterdão; artes plásticas, arquitetura e cidade; envolvimento da população. A programação cultural captou cerca de 1,2 milhões de espetadores/visitantes. As atividades mais procuradas foram as Artes Plásticas e Arquitetura que, no conjunto, captaram 37% do total dos espetadores/visitantes.

Na intervenção em infraestruturas culturais, foram intervencionados os seguintes equipamentos: Casa da Música, Biblioteca Almeida Garrett, Museu Nacional Soares dos Reis, Auditório Nacional Carlos Alberto, Coliseu do Porto, Antiga Cadeia e Tribunal da Relação.

Foram intervencionadas, além do que estava previsto nas Linhas de Orientação Estratégicas, o Mosteiro de São Bento da Vitória e a Casa de Animação.

As obras de requalificação urbana foram realizadas na “baixa” portuense (menos 14% das intervenções previstas em resultado da não concretização da candidatura e consequente financiamento no âmbito do URBCOM); nos Caminhos do Romântico; o Funicular dos Guindais e a Av. Marginal do Parque da Cidade. Foram, ainda, realizadas além do inicialmente previsto: a Avenida de Montevideu e a Envoltente da Igreja N. Sr.^a Conceição.

A intervenção na Zona Fontinha/Carvalhais foi retirada dada a necessidade de atuar massivamente em domínio privado.

O projeto da Porto 2001 foi, no entanto, insuficientemente planeado e orçamentado, uma vez que o primeiro orçamento da Porto 2001, de 1999, previa 182,3 milhões de euros e, na última revisão, em Abril de 2001, coincidente com o evento, foi corrigido para 226 milhões de euros, portanto mais 24% do que o inicialmente orçamentado.

Este acréscimo no orçamento não teve uma relação direta na prossecução dos objetivos. A intenção de gerar uma dinâmica nova na vida cultural da cidade e criar marcas que se propagassem além de 2001 não foram totalmente atingidos (Balsas, 2004).

A aposta numa programação extensa e variada não foi suficiente para desencadear um aumento acentuado do turismo na cidade do Porto; atendendo ao ano anterior, o turismo apenas cresceu cerca de 3%.

O evento foi realizado sem se poder usufruir do conjunto das intervenções efetuadas no âmbito dos equipamentos culturais, na medida em que uma parte delas só foi concluída no segundo semestre de 2001, e, outra, apenas nos anos seguintes, como é o caso da Casa da Música.

As obras de requalificação urbana (POLIS e requalificação da “baixa”) não beneficiaram, antes pelo contrário, prejudicaram o evento, ao dificultar a captação de públicos à cidade e, como tal, não contribuíram para que o Porto oferecesse aos seus visitantes a imagem de uma cidade renovada e cativante, como se pretendia inicialmente (Relatório de Auditoria à Casa da Música/Porto 2001, S. A., 2004).

3. Guimarães 2012

O governo português apresentou a candidatura da cidade de Guimarães a Capital Europeia da Cultura em 2012, proposta que mereceu a aprovação do Conselho de Ministros da Cultura da União Europeia.

Em face desta decisão, o Município de Guimarães deliberou, no dia 26 de junho de 2009, em Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal, constituir a Fundação Cidade de Guimarães, pessoa coletiva de direito privado de utilidade pública, com duração indeterminada.

O Governo de então entende que a figura da fundação é a forma institucional mais adequada a conferir à instituição o prestígio que se pretende, atendendo à promoção da imagem de Portugal e da cidade que lhe serviu de berço. Ela permite o envolvimento da sociedade civil num projeto de dimensão nacional, constituindo uma fórmula que se pretende inovadora e exemplar em matéria de política cultural ao garantir, designadamente através de uma forte política de mecenato ou parceria, um envolvimento mais abrangente e solidário com as empresas, as organizações e os cidadãos.

A Fundação tem como fins principais: a conceção, planeamento, promoção, execução e desenvolvimento do programa cultural do evento Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012; findo o evento, a Fundação assume a gestão do património cultural e dos respetivos equipamentos, propriedade do município de Guimarães e de outros que lhe sejam afetos, com vista à promoção da cultura, desenvolvendo a criação e a difusão, em todas as suas

modalidades, bem como o apoio a ações de formação com relevância na área da cultura, promovendo a formação técnica especializada dos agentes e profissionais deste domínio ou domínios afins. Foram definidas cinco categorias de compromisso para possibilitar que o maior leque de entidades e particulares se envolvam com o projeto: mecenas associados, parceiros oficiais, parceiros media, parceiros estratégicos e outro tipo de parceiros.

São órgãos sociais da Fundação: o Conselho Geral (presidido por Jorge Sampaio, antigo Presidente da República); o Conselho de Administração (presidido por João Serra, antigo chefe da Casa Civil de Jorge Sampaio, com a função de administrar o património e gerir os projetos e atividades promovidos pela Fundação); o Presidente da Fundação (a João Serra compete representar a Fundação no plano nacional e internacional, superintender a administração da Fundação e dos seus serviços, atribuir os pelouros aos membros do Conselho de Administração e garantir o bom funcionamento da instituição) e o Conselho Fiscal.

A estrutura organizacional é composta pela: Direção Administrativa e Financeira (dirigida por Cláudia Leite, com as seguintes atribuições: apoio à preparação e implementação do plano estratégico e de atividades; elaboração e controlo do orçamento e prestação de contas; controlo de gestão; gestão das áreas de apoio transversal: jurídica, informática, instalações, património e recursos humanos; gestão financeira e tesouraria; gestão de candidaturas a fundos comunitários e outros; comunicação interna) e Direção Executiva (dirigida por Carlos Martins, com as seguintes atribuições: apoio à preparação e implementação dos planos estratégico e de atividades; direção da implementação e comunicação do programa cultural; coordenação das parcerias externas e contratualizações necessárias à conceção e produção do evento Capital Europeia da Cultura).

A Fundação foi criada, e os seus estatutos aprovados, no Conselho de Ministros do dia 9 de julho de 2009, tendo sido constituída pelo [Decreto-Lei nº 202/2009, de 28 de Agosto](#). É regida, subsidiariamente, pela legislação aplicável às fundações.

4. Cobertura mediática

A cobertura que a imprensa portuguesa (jornais diários Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Correio da Manhã, jornal semanário Expresso e revista semanal Visão) realizou aos dois eventos Capital Europeia da Cultura realizados em Portugal no arranque do século XXI, nomeadamente Porto 2001 e Guimarães 2012, é marcada por uma quebra na centralidade deste tipo de eventos na agenda mediática, na medida em que se a cobertura no primeiro caso contempla 81 ocorrências na 1ª página ao longo do ano de 2001, no segundo caso, a cobertura fica-se pelas 37 ocorrências, o que representa menos de metade das chamadas sobre o tema ao longo de um ano.

Nos dois anos em análise, 2001 e 2012, há aspetos coincidentes, nomeadamente, a altura do ano em que a cobertura é maior, refiro-me concretamente ao arranque do evento (janeiro) e ao término (dezembro); as práticas jornalísticas são marcadas pela atualidade e pelos momentos distintivos como sejam o início e o fim. Tudo o que está entre tende a ser desvalorizado como se só interessassem os meios desde que se atinjam os fins.

Quer na cobertura da Porto 2001, quer de Guimarães 2012, o Jornal de Notícias e o Público são os suportes que mais vezes evidenciam o tema na 1ª página (quadros 1 e 2). O Jornal de Notícias foi oficialmente o jornal da Porto 2001, o que justifica o maior número de ocorrências de 1ª página nesse suporte e confirma o peso das parcerias institucionais na determinação das escolhas editoriais. Em Guimarães 2012 tal não aconteceu, mas como é um jornal maioritariamente dirigido à zona norte do país, este facto justifica a posição dianteira assumida também em 2012.

De salientar o facto de o jornal Correio da Manhã não ter realizado uma única peça na 1ª página sobre o tema no ano de 2012.

	Frequência	%
Jornal de Notícias Público	43	53,1
Diário de Notícias Expresso	24	29,6
Correio da Manhã	5	6,2
Visão	4	4,9
	3	3,7
	2	2,5
Total	81	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2. Peças por suporte no ano 2012

	Frequência	%
Jornal de Notícias Público	20	54,1
Diário de Notícias Expresso	10	27,0
Correio da Manhã	4	10,8
Visão	2	5,4
	1	2,7
Total	37	100,0

Fonte: Elaboração própria

Outro dos aspetos que denota a quebra de centralidade do tema Capital Europeia da Cultura é o tipo de destaque que os suportes dedicam ao evento na 1ª página. O número de manchetes cai para metade; em 2001, representam 32% do total de ocorrências e em 2012 apenas 16%. A cobertura a este evento cultural não vive de manchetes mas de chamadas de capa. O facto de a remissão para suplementos ter aumentado, mostra como o tema tende a deixar de ocupar as páginas interiores do suporte e é deslocado para os suplementos (não especificamente de cultura, mas de lazer, como é o caso do Fugas no jornal Público).

As instituições públicas, enquanto protagonistas eleitos para dar conta do acontecimento Capital Europeia da Cultura, cedem o lugar aos indivíduos. A cobertura da Porto 2001 é marcada maioritariamente por aspetos relacionados com a fundação e as instituições públicas responsáveis pelo evento (o que ocupa as chamadas de 1ª página são maioritariamente os temas em que os eventos se inserem e não tanto os acontecimentos nem quem os promove). Guimarães 2012 é dada a conhecer através dos rostos de individualidades (músicos, atores, programadores), são eles que celebrizam o acontecimento.

Mais de 60% das peças são acompanhadas de imagens, quer na cobertura da Porto 2001, quer na de Guimarães 2012, tratando-se maioritariamente de fotografias de lugares no primeiro caso (a afirmação da cidade em detrimento de outros aspetos) e autores individuais no segundo. O que mais uma vez vem reforçar a centralização da cobertura mediática, em 2012, nos indivíduos e na sua obra.

Sendo as Capitais Europeias da Cultura eventos que permitem promover, em termos turísticos, as cidades que os acolhem, quer pela dotação de novos equipamentos culturais, quer pelo restauro de algum património, mas acima de tudo por se poderem posicionar como lugares de produção e inovação artísticas (Richards and Wilson, 2004), podemos concluir que apesar do número de peças de um evento para o outro ter diminuído, a cobertura deslocou-se

da intervenção das instituições responsáveis pelo evento para a obra individual, assiste-se à substituição do coletivo pelo individual.

Esta perspetiva não se altera muito quando analisamos os desenvolvimentos ao destaque da primeira página realizados nas páginas interiores. O Jornal de Notícias continua a ser o que mais artigos publica sobre o tema da Capital Europeia da Cultura (quadros 3 e 4).

Quadro 3. Artigos por suporte no ano 2001

	Frequência %	
Jornal de Notícias	61	50,8
Público	42	35,0
Diário de Notícias	5	4,2
Correio da Manhã	4	3,3
Expresso	4	3,3
Visão	4	3,3
Total	120	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4. Artigos por suporte no ano 2012

	Frequência %	
Jornal de Notícias	25	49,0
Público	18	35,3
Diário de Notícias	4	7,8
Expresso	4	7,8
Total	51	100,0

Fonte: Elaboração própria

Em termos de género jornalístico (quadros 5 e 6), a cobertura à Capital Europeia da Cultura, realizada maioritariamente através de notícias com desenvolvimento e reportagens (em que predominam os estilos discursivos opinativo e descritivo) no caso da Porto 2001, passa quase maioritariamente ao género reportagem no caso de Guimarães 2012 (estilos discursivos interpretativo e descritivo). E de que tipo de reportagens estamos a falar? Aquelas em que o jornalista faz o roteiro, em que promove um percurso e incita à participação no evento, o que pode colocar a questão de qual a sua missão: divulgar informação sobre o acontecimento para poder num momento ulterior conduzir a crítica aos acontecimentos ou funcionar como agente promotor de eventos, numa lógica em que a cultura serve o turismo e o jornalista o entretenimento?

O género entrevista, fundamental à exposição da visão do mundo do outro, decresce, o que denota a promoção de um determinado *lifestyle* sugerido pelo jornalista e não por outros agentes sociais.

A tendência observada de deslocar a cobertura ao tema das páginas interiores do jornal para suplementos é outro dos fatores que contribui para a alteração no estilo discursivo dominante, é nos suplementos que o estilo se assume como predominantemente interpretativo.

A recorrência a fontes é igualmente diversa, no caso da Porto 2001, os jornalistas recorrem maioritariamente a uma única fonte (ligada ao setor público), o mesmo não acontecendo em

Guimarães 2012 que recorrem a mais do que uma (maioritariamente ligadas ao setor privado), na medida em que o género maioritário é a reportagem.

Quadro 5. Género Jornalístico dos artigos em 2001

	Frequência	
Notícia com desenvolvimento	38	31,9
Reportagem	27	22,7
Entrevista	20	16,8
Crítica	14	11,8
Artigo de opinião	8	6,7
Editorial	4	3,4
Notícia	3	2,5
Depoimentos	3	2,5
Breve	1	,8
Não jornalístico	1	,8
Total	119	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6. Género Jornalístico dos artigos em 2012

	Frequência	
Reportagem	24	47,1
Notícia com desenvolvimento	11	21,6
Crítica	5	9,8
Notícia	4	7,8
Entrevista	4	7,8
Depoimentos	2	3,9
Roteiro	1	2,0
Total	51	100,0

Fonte: Elaboração própria

A maior amplitude de artigos sobre a Porto 2001 reflete-se também na maior amplitude temática que foi contemplada (quadros 7 e 8); as escolhas programáticas são no caso da Porto 2001 alvo de cobertura mediática de 1ª página, o mesmo já não se pode afirmar para Guimarães 2012.

Quadro 7. O que é notícia em 2001

	Frequência	
Capital Europeia da Cultura	62	52,1
Inauguração	23	19,3
Conflito	12	10,1
Estreia	5	4,2
Espetáculo	4	3,4
Lançamento	2	1,7
Congressos	2	1,7
Protocolo/contrato	2	1,7
Outros	2	1,7

Exposições	1	,8
Demissão	1	,8
Homenagem	1	,8
Na/Nd	1	,8
Total	118	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quadro 8. O que é notícia em 2012

	Frequência	
Capital Europeia da Cultura	42	82,4
Inauguração	6	11,8
Conflito	2	3,9
Na/Nd	1	2,0
Total	51	100,0

Fonte: Elaboração própria

A temática da Capital Europeia da Cultura é maioritariamente abordada por jornalistas da área da cultura, no entanto, como no caso da Porto 2001 foi realizada uma ligação entre o evento e a fundação responsável pelo mesmo, também houve jornalistas de outras secções do suporte a escrever sobre o tema, nomeadamente jornalistas de política.

Tal como na primeira página, também os artigos no interior dos suportes se fazem acompanhar de imagens, maioritariamente fotografias. No caso da Porto 2001, surgem maioritariamente fotografias de políticos, fundações e programadores e no caso da Guimarães 2012 programadores, músicos, políticos, cineastas, performers, atores, personalidades que dão rosto a um evento.

5. Notas finais

Através da análise de imprensa é possível verificar o papel que este meio de comunicação tradicional desempenha na construção da perceção dos eventos e na existência simbólica e material de cada uma das cidades.

A cobertura mediática desviou-se da divulgação da programação dos eventos para a sugestão de roteiros de visita e pouco ou nada questiona o papel que as cidades, ao promover iniciativas deste tipo, têm enquanto lugares de inovação em termos de políticas culturais, de produção e inovação artística, na requalificação urbana e ambiental, na revitalização económica, na formação e criação de novos artistas e novos públicos.

Os resultados da pesquisa mostram que a imprensa, enquanto construtora social da realidade, contribui para enformar o impacto que estes eventos culturais têm na imagem das cidades, perspetivadas em termos locais, mas também em termos nacionais, ao estimular o consumo entre os residentes e ao atrair visitantes (García, 2004). A análise à cobertura mediática mostra como a imprensa é fundamental à promoção das cidades enquanto destinos culturais/turísticos, com a possível terrível consequência de transformar o jornalista da área da cultura em agente de promoção não tanto cultural mas turística.

6. Referências bibliográficas

Balsas, C. (2004). City centre regeneration in the contexto of the 2001 European Capital of Culture in Porto, Portugal. *Local Economy*, 19(4), 396-410.

Decreto-Lei nº 202/2009 de 28 de agosto in DR, 1ª série, Nº 167.

- García, B. (2004). Urban regeneration, arts programming and major events, Glasgow 1990, Sydney 2000 and Barcelona 2004. *International Journal of Cultural Policy*, 10(1), 103-118.
- Reason, M. and García, B. (2007). Approaches to the newspaper archive: content analysis and press coverage of Glasgow's Year of Culture. *Media, Culture & Society*, 29(2), 304-331.
- Relatório de Auditoria à Casa da Música/Porto 2001, S. A. do Tribunal de Contas. (2004).
- Richards, G. and Wilson, J. (2004) The impact of cultural events on city image: Rotterdam, Cultural Capital of Europe 2001. *Urban Studies*, 41(10), 1931-1951.
- Silva, P. C. (2003). Cidade e programação cultural. O caso do Porto em 2001. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série I*, vol. 13, 131-137.